

| |
|---|
| 25 DE ABRIL DE 2023 <p>5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA</p> |
| <p>Presidência: ANDRÉ DO PRADO</p> |

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 92/23.
2 - DONATO
Discute o PL 92/23.
3 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA
Discute o PL 92/23.
4 - CARLOS CEZAR
Para comunicação, faz pronunciamento.
5 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Responde ao deputado Carlos Cezar.
6 - GIL DINIZ
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
7 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Acolhe a questão de ordem do deputado Gil Diniz, para respondê-la oportunamente.
8 - PROFESSORA BEBEL
Para comunicação, faz pronunciamento.
9 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Responde à deputada Professora Bebel.
10 - GIL DINIZ
Para comunicação, faz pronunciamento.
11 - PAULO MANSUR
Discute o PL 92/23.
12 - CARLOS CEZAR
Solicita a suspensão dos trabalhos por dez minutos, por acordo de lideranças.
13 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Defero o pedido. Suspende a sessão, por acordo de lideranças, às 17h33min, reabrindo-a às 17h40min.
14 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, faz pronunciamento.
15 - CAIO FRANÇA
Discute o PL 92/23.
16 - DR. JORGE DO CARMO
Discute o PL 92/23.
17 - PROFESSORA BEBEL
Discute o PL 92/23.
18 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Discute o PL 92/23.
19 - LUCAS BOVE
Discute o PL 92/23.
20 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Discute o PL 92/23.
21 - EDIANE MARIA
Discute o PL 92/23.
22 - TOMÉ ABDUCH
Para comunicação, faz pronunciamento.
23 - GUILHERME CORTEZ
Discute o PL 92/23.
24 - DANI ALONSO
Discute o PL 92/23.
25 - FABIANA BARROSO
Discute o PL 92/23.
26 - DR. ELTON
Discute o PL 92/23.
27 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Encerra a discussão do PL 92/23.
28 - PAULO FIORILO
Para comunicação, faz pronunciamento.
29 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Coloca em votação o PL 92/23, salvo subemenda e emendas.
30 - ENIO TATTO
Encaminha a votação do PL 92/23, salvo subemenda e emendas, em nome da Minoria.
31 - MARINA HELOU
Encaminha a votação do PL 92/23, salvo subemenda e emendas, em nome da Minoria.
32 – PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Coloca em votação e declara aprovado o PL 92/23, salvo subemenda e emendas. Coloca em votação e declara aprovada a subemenda, restando prejudicada a emenda nº 3. Coloca em votação e declara rejeitadas as emendas nºs 1 e 2.
33 - PAULO FIORILO
Para comunicação, faz pronunciamento.
34 - CARLOS CEZAR
Para comunicação, faz pronunciamento.
35 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Declara voto favorável às emendas nºs 1 e 2 ao PL 92/23.
36 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Registra a manifestação.
37 - ALTAIR MORAES
Para comunicação, faz pronunciamento.
38 - DR. JORGE DO CARMO
Para comunicação, faz pronunciamento.
39 - DR. EDUARDO NÓBREGA
Para comunicação, faz pronunciamento.
40 - PROFESSORA BEBEL
Para comunicação, faz pronunciamento.
41 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Convoca a Comissão de Constituição, Justiça e Redação para uma reunião extraordinária, às 14 horas e 30 minutos do dia 26/04.
42 - VALDOMIRO LOPES
Para comunicação, faz pronunciamento.
43 - ENIO TATTO
Para comunicação, faz pronunciamento.
44 - VITÃO DO CACHORRÃO
Para comunicação, faz pronunciamento.
45 - ENIO TATTO
Para comunicação, faz pronunciamento.
46 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR
Para comunicação, faz pronunciamento.
47 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Encerra a sessão.
* * *

-Abre a sessão o Sr. André do Prado.
* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.
Ordem do Dia.
* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Discussão e votação do Projeto de lei no 92, de 2023, de autoria do Sr. Governador.

Para discutir a favor, nobre deputado Donato.
O SR. DONATO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, aqueles que nos acompanham nas galerias e pela Rede Alesp, é evidente que em primeiro lugar nossa total solidariedade ao povo de São Sebastião, que foi tragicamente atingido pelas chuvas que todos nós acompanhamos.

Eu tive a oportunidade de ir até São Sebastião. Estive lá na Topolândia, estive em Tropicanga, estive na Vila Sahy, e vi o tamanho do estrago e da tragédia que atingiu aquela popu-

lação, a população que está ali apartada da área nobre de São Sebastião, das praias, pela Rio-Santos, e que acaba tendo que se abrigar nas encostas, nos morros.

Infelizmente, é evidente que a chuva foi fora do normal. Seiscentos milímetros é algo excepcional de verdade, tem a ver com essa conjuntura de mudanças climáticas e tudo mais.

Mas a gente sabe, também, que existiam estudos do IPT, alertas dos órgãos federais que monitoram a situação de chuvas e que, infelizmente, não tiveram nenhum tipo de ação preventiva em relação àquela população.

E nisso a gente tem que ser transparente. Isso não é responsabilidade do atual governo. Não é uma responsabilidade do atual governo porque estava chegando também, e a gente sabe que a Defesa Civil, esses outros mecanismos ainda certamente não estavam completamente azeitados.

A gente vai ter uma CPI das áreas de risco aqui - que eu, inclusive, fui indicado pela bancada do PT para participar - porque eu acredito que esse é um problema sério, que atinge milhares de paulistas nas metrópoles, em cidades litorâneas e outras cidades do interior, mas que, pela minha experiência, nos governos que eu participei, é possível você minimizar essas situações.

É possível você ter intervenções de prevenção, com obras, com contenções, com o envolvimento da população, para que ela mesmo faça uma autovigilância dos sinais que as áreas de risco dão antes de desabarem. E, também, com planos de contingência, escolas, igrejas, salões de associação, para onde você dirige aquela população em um momento pré-tragédia, que é o que aconteceu lá. Foi de madrugada, e foi muito trágico.

Eu tenho um primo meo que estava lá, e foi uma casa atingida do lado. Morreram pessoas, e ele me relatou o desespero que foi, duas noites em claro, no meio da lama, sem nenhuma orientação, desorientado, sem ter nenhuma rota de fuga, nada estabelecido, para áreas que o IPT já havia declarado como áreas de risco.

Então, queria fazer essa introdução para dizer que a gente precisa ir muito mais além do que o que propõe esse projeto. Evidente que somos a favor do projeto, mas a gente precisa encarar a situação das áreas de risco com a gravidade que ela merece, e nos debruçarmos, a partir desse fato, e dessa oportunidade da CPI, para que a gente possa avançar em ter políticas públicas estruturantes que, no mínimo, minimizem essas tragédias.

Tenho ouvido relatos também de companheiros e companheiras lá de São Sebastião, sobre a aflição da população. É evidente que teve um atendimento em algumas pousadas, teve encaminhamento, mas isso não atingiu todo mundo. Tem muitas famílias que ainda não sabem o seu destino.

Estão sendo construídos abrigos provisórios lá na Topolândia, que é uma região mais próxima do Centro de São Sebastião, que são abrigos que o povo questiona, porque são de material de madeirite, abrigos provisórios, de 14 metros quadrados, um cômodo só, com um banheiro, para famílias, que vão sair das pousadas e vão pra esses abrigos. Então, a gente tem que ter atenção para toda a conjuntura que acontece em São Sebastião.

A deputada Bebel, na época, propôs uma comissão de representação da Assembleia, para acompanhar os desdobramentos das ações em São Sebastião. Eu acho que continua oportuna essa comissão de representação, eu não sei se formalizada, ou se informal, mas eu queria propor que a gente, nesta oportunidade em que estamos discutindo São Sebastião, pudéssemos fazer uma delegação dos vários partidos para ir lá, conversar com o prefeito, conversar com a população, ver as iniciativas do estado, as iniciativas do governo federal, agilizar eventualmente tratativas entre os órgãos e ver o que não está funcionando, porque não está tudo funcionando, não é? Não está tudo funcionando.

Então, queria fazer este preâmbulo para fazer este apelo a esta Assembleia, para que a gente pudesse ter uma união de esforços de todas as bancadas, Sr. Presidente, para que a gente enviasse uma delegação a São Sebastião, conversasse com o prefeito, conversasse com as autoridades locais, que tivesse representação do Governo do Estado e representação da população, que está angustiada com a situação que ela vive.

Eu sei que não é fácil resolver a questão. Não quero simplificar nada, mas sei que é possível a gente dar esse amparo. Acho que é uma responsabilidade desta Casa e é este projeto que aproveito para poder debater isso.

Eu apresentei uma emenda a esse projeto, porque, para mim, soou estranha a necessidade de uma lei para desapropriar uma área municipal. Temos vários ex-prefeitos aqui, como deputados. É muito mais simples fazer um convênio entre a prefeitura e o estado do que ter que aprovar uma lei, ainda que eu saiba que é um dispositivo legal.

Não tem nada de ilegal nisso, mas se a gente zela pelo dinheiro do estado, e é nossa obrigação zelar pelo dinheiro do estado, por que despender recursos para desapropriar uma área que já é pública e que, com convênio, pode ser transferida para o estado realizar o conjunto da CDHU e as medidas que ele quer fazer?

Então, apresentei uma emenda muito simples que, infelizmente, não foi acatada. Era para que, primeiro, se tentasse o convênio. Sendo impossível o convênio, tudo bem, que se cumpra a lei, mas não consegui entender por que não é possível fazer um convênio.

Se os companheiros e companheiras, se os colegas que já foram prefeitos... O que eu tenho visto na minha vida pública é que, entre entes públicos, você faz um convênio e transfere a área. Não precisa ter uma desapropriação para transferir o recurso. Então, queria entender, só entender. A minha emenda não atrapalha o processo. Caso, de fato, tenha algum problema que não foi explicitado para nós...

Esse é um problema do projeto, porque, em projetos desse tipo, acho que não custa vir alguém do governo explicar. Como não explicam, a gente tem que propor coisas, porque não estão claras.

De repente, uma explicação pode nos esclarecer e evitar um debate, mas a gente também não vai votar em branco, sem entender o projeto. Então, a gente apresentou essa emenda. Infelizmente, ela não foi incorporada ao projeto. Eu acho que ela não prejudicava o projeto. Ela dava uma possibilidade a mais, ela não excluía a desapropriação por lei. Mas, infelizmente, o governo não acatou.

Acatou uma emenda da deputada Bebel, que acho que vai ter a oportunidade de falar sobre ela. Isso é importante para a gente, mas eu queria dizer que a gente tem total disposição em apoiar esse projeto, mas entendendo que esse projeto é um pequeno pedaço de todas as ações que têm que ser feitas em São Sebastião.

Eu sei que a deputada Ediane esteve lá e outros deputados também estiveram. Era importante a gente trazer aqui a aflição dessa população e a gente ter uma política global, entender globalmente o problema. Pode ser até que o governo tenha essa política, mas ela não está explicitada para esta Casa.

Seria importante que ela fosse explicitada para todos os deputados e deputadas, para que a gente pudesse dar sugestões e para que a gente pudesse inclusive fiscalizar - que é nosso papel - as ações do governo.

Então, queria dizer que, da nossa parte, a bancada do PT vai votar a favor, mas lamentando que emendas... Não só essa, mas uma outra emenda da deputada Bebel também não foi incorporada ao texto. Nós acreditamos que eram emendas que iriam aperfeiçoar o texto; não iriam mudar o conteúdo do projeto, não iriam desvirtuar o projeto.

Muito pelo contrário, iriam aperfeiçoar e, principalmente, no caso da minha emenda, ter um cuidado especial com os recursos públicos do estado de São Paulo, na medida em que a gente talvez não precisasse despender esse dinheiro para desa-

propriar uma área que está livre. É só olhar no Google, a área está livre. E é da propriedade da Prefeitura de São Sebastião.

Então, não consigo entender por que não é possível fazer esse convênio entre a prefeitura e o estado de São Paulo, que seria bom para as duas partes e não geraria ônus para o estado de São Paulo.

Mas são essas as considerações e eu queria encaminhar a favor da votação desse projeto, entendendo que ele não é uma política global nem pretende ser. Ele responde a um aspecto da política habitacional para um número de unidades ainda pequeno diante da demanda. Acho que são por volta de 200 unidades, não me lembro bem qual o número de unidades que será construído nessa área.

A gente sabe que tivemos 2.000 famílias desabrigadas lá que precisam de outras formas de intervenção do Estado para que a gente possa ter de fato uma política pública acabada.

Mas mais do que isso a gente precisa ter uma política de preservação das áreas de risco, de remoção de famílias que estão em áreas de risco altíssimo e obras aonde for possível conter as encostas e preservar as famílias com a sua história, com a sua garantia de moradia, com tudo o que construíram nessas comunidades.

Então da nossa parte é esse o encaminhamento. A gente vota a favor do projeto lamentando que ele poderia ter sido melhor aperfeiçoado com as outras duas emendas da bancada do PT, mas, infelizmente, o governo não as aceitou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dando sequência à lista de oradores inscritos, para discutir a favor a nobre deputada Paula da Bancada Feminista. Dra. Paula.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigada, Sr. Presidente. Boa tarde a todos e todas deputadas, as pessoas que nos acompanham na galeria, trabalhadores desta Casa e também quem nos acompanha pela Rede Alesp. Quero dizer, Sr. Presidente, que hoje é um dia bastante importante.

Finalmente depois de, infelizmente, mais de dois meses da tragédia socioambiental no litoral norte do estado de São Paulo, nós estamos votando nesta Casa um projeto de lei que já chegou há algum tempo, mas que agora nós temos a oportunidade de votar, que versa sobre a desapropriação de um terreno localizado em Maresias, na das regiões, mas, infelizmente, não a única região atingida pelas fortes chuvas e pela tragédia socioambiental no litoral norte de São Paulo. Por que isso é importante?

Isso é importante porque, felizmente, nós estamos votando aqui a desapropriação, mas também nós estamos votando e debatendo exclusivamente a desapropriação de um terreno, de um terreno inclusive como muito bem explicado pelo deputado Donato, de propriedade do município de São Sebastião, mas também estão acontecendo neste momento imediatamente outros dois projetos, o projeto da Baleia Verde e o projeto da Topolândia, que não passaram por discussão nesta Casa.

E eu avalio que o governador Tarcísio tem tido uma postura que eu lamento bastante, que é de colocar para votar nesta Casa o que é estritamente necessário, como é o caso dessa desapropriação, que por força de decreto-lei federal não poderia acontecer se não fosse debatido aqui nesta Casa, mas exclusivamente isso, quando nós deveríamos também estar discutindo o conteúdo do projeto habitacional que vai ser construído lá, as unidades habitacionais, a destinação dessas unidades habitacionais, inclusive debatendo as prioridades de destinação dessas unidades habitacionais, mas também o método de participação popular.

Então nós estamos nos restringindo apenas ao debate, à votação da desapropriação de um terreno, mas não estamos discutindo e debatendo a forma desse projeto, como ele vai ser construído e a quem ele será destinado.

E eu digo isso por quê? A bancada do PSOL, por meio da deputada Monica, apresentou um voto em separado, um projeto de substitutivo hoje no congresso de comissões que debatia justamente essas duas questões que para nós são fundamentais. E quando eu falo nós, eu não falo apenas por nós da bancada do PSOL, eu não falo apenas por nós, da oposição, mas eu falo também pelas pessoas atingidas naquele local.

O nosso mandato tem acompanhado muito de perto. Na semana em que aconteceu a tragédia em São Sebastião, eu estive em Juquehy. Depois, pouco tempo depois, nós estivemos em uma visita também na região de São Sebastião, não só no Instituto Verde Escola, na região da Barra do Sahy, que foi duramente atingida, mas também visitando os abrigos da prefeitura, conversando com os atingidos.

O nosso mandato mantém um diálogo permanente com o comitê formado, uma comissão de atingidos que existe na região das diversas localidades de São Sebastião, mas também de Bertioga, também de Ubatuba, assim como com o fórum de comunidades tradicionais que lá existem.

As pessoas pouco sabem e pouco falam, mas é verdade que a região do Litoral Norte tem uma grande comunidade quilombola, grandes comunidades indígenas, e que saber disso é fundamental para pensar política pública para a região. Infelizmente isso é pouco debatido por nós, parlamentares dessa Casa.

Mas a verdade é que o nosso mandato inclusive acionou o Ministério Público do Estado, que abriu uma representação, está com uma representação investigando, inclusive determinando a necessidade de participação popular, que é justamente parte do que a nossa emenda apresentada aqui pela deputada Monica no Congresso de Comissões trata, a necessidade de acompanhamento e participação popular na tomada de decisões a respeito da moradia, a respeito da construção habitacional.

E isso não é algo que eu estou inventando da minha cabeça, isso não é algo que nós, parlamentares, estamos inventando da nossa cabeça. Isso é inclusive parte de determinações que existem internacionais.

Então, existem discussões internacionais, diplomas legais da ONU, uma série de discussões, inclusive da OIT, a Convenção 169, que fala sobre a importância de que diante da existência de grandes empreendimentos as populações atingidas sejam consultadas e que contenham também consentimento com relação a esses projetos, grandes empreendimentos que estão sendo construídos nos locais.

Então Convenção 169 da OIT, convidado todos e todas para procurarem, pesquisarem e verem a importância de que exista consentimento livre, prévio e informado das comunidades impactadas diante de grandes obras.

Mas como eu dizia, a bancada do PSOL, por meio da deputada Monica na Comissão de Habitação, propôs um substitutivo que falava especialmente sobre dois temas, parte desse substitutivo inclusive felizmente foi incorporado.

O primeiro tema dizia respeito aos beneficiários do programa habitacional. Felizmente foi incorporado pelo governo a prioridade de mãe solo, de mães líderes de família nesse programa habitacional.

Isso é muito bom, eu fico muito feliz que a liderança do governo tenha feito esse esforço de incluir isso no programa habitacional. Felizmente foi incorporado pelo governo a prioridade de mãe solo, de mães líderes de família nesse programa habitacional.

Isso é muito bom, eu fico muito feliz que a liderança do governo tenha feito esse esforço de incluir isso no programa habitacional, mas é necessário que outros aspectos sejam também debatidos.

Falo aqui, por exemplo, sobre a necessidade de que seja respaltada a faixa habitacional de até três salários mínimos para as pessoas atingidas. Infelizmente muitos empreendimentos da CDHU e outros empreendimentos habitacionais são construídos sem que se respeite a faixa, a faixa que precisa ser atendida. Então é necessário que as pessoas impactadas, com baixas faixas de renda, sejam beneficiárias desse projeto habitacional.

Não adianta nada a gente construir um conjunto habitacional em Maresias se esse conjunto habitacional servir para a classe média paulistana, para a classe média paulista comprar

apartamento, por exemplo, no Litoral Norte do estado de São Paulo.

E ainda que parte das pessoas achem que isso seja necessário para o custeamento do projeto, nós não achamos isso. Nós achamos que é necessário entender a prioridade, que a destinação seja obrigatória para as pessoas que foram atingidas.

E por atingidas, eu não falo só das pessoas que perderam as suas casas, mas as pessoas que estão atualmente vivendo em área de risco.

Infelizmente existem muitos moradores de São Sebastião que vivem ainda em área de risco, que saíram de suas casas quando fortes chuvas estavam acontecendo, mas que depois voltaram.

Voltaram porque não recebem o aluguel social e não recebem o aluguel social porque para recebê-lo é necessário que exista laudo que constate que essas casas estão em área de risco, e nem todos os laudos foram produzidos ainda, então muitas pessoas foram obrigadas a voltar para sua casa em área de risco, com seus pertences, com a sua família e que não recebem o aluguel social, não conseguiram se realocar em outros lugares.

Falo também sobre as pessoas que vivem no entorno dessas comunidades e que sabem, mesmo não vivendo em área de risco, que serão diretamente impactadas em algum momento pelas fortes chuvas.

Então acho que seria fundamental que o governo tivesse acatado esse substitutivo e que tivesse discutido nesses termos, entendendo que existe felizmente lei federal que garante a prioridade, como é o caso, para as mulheres líderes de família, chefes de famílias, muitas mães solo que estão sofrendo.

Semana passada o nosso mandato esteve lá também em São Sebastião. Quando eu estava aqui falando no plenário que tinha completado dois meses da tragédia socioambiental em São Sebastião, nosso mandato estava lá.

Infelizmente os atingidos deram com a cara na porta da prefeitura. A prefeitura não quis receber os atingidos, não quis receber o comitê dos atingidos, não quer dialogar com eles sobre o impacto.

E quando a gente vê a foto das pessoas que estavam lá são muitas mulheres negras com crianças pequenas. Esse é o retrato dos atingidos na tragédia sócio ambiental de São Sebastião.

Não é à toa que a cidade é dividida por uma rodovia. De um lado estão as pessoas que têm casas, casas de veraneio, casas que ficam desocupadas a maior parte do tempo; no morro, nas encostas, aí sim, estão os trabalhadores dessas casas, os trabalhadores que vivem do turismo, que vivem do comércio informal e que foram diretamente impactados por essa tragédia socioambiental.

Seria fundamental que esse projeto do governo, entendendo, inclusive, que nessa fase inicial, e eu espero que nós possamos avançar com relação a isso e atender todas as 1.500 famílias impactadas, mas neste momento nós estamos falando sobre apenas, e aí inclusive existe uma divergência no nosso projeto, que nós recebemos, falam de 152 unidades habitacionais, mas o que o governo tem nos dito é que serão 186 unidades habitacionais construídas.

Mesmo isso, nós, infelizmente, sabemos que é um número baixíssimo, quase 10% do número das pessoas que foram realmente impactadas por essa tragédia sócio ambiental. Eu espero que nós possamos avançar, para atender todas e todos que foram diretamente impactados. Para isso, para além do estabelecimento de prioridade, é necessário que exista diálogo com a comunidade. É necessário que os atingidos sejam ouvidos.

E o segundo aspecto da nossa emenda, apresentada pela deputada Monica na Comissão de Habitação, foi justamente que existisse uma espécie de conselho, uma espécie de comitê que formasse o diálogo, que estabelecesse o diálogo entre o comitê dos atingidos mas também entre a Defensoria Pública, entre a prefeitura, entre vários órgãos e o próprio Governo do Estado, que estão sendo diretamente envolvidos na construção e no direcionamento dessas unidades habitacionais. Isso era fundamental.

Infelizmente a população tem pouca ou nenhuma informação. Tem moradores que me disseram que foram cadastrados já dez vezes. Dez vezes foram cadastrados e ainda não têm laudo da sua casa, não receberam o aluguel social, não sabem se vão ser beneficiários de projetos de moradia definitiva. Não dá.

As pessoas estão vivendo esse cenário, um cenário muito triste. Parte delas perdeu não só suas casas mas também suas famílias, também os seus amigos, pessoas com quem elas conviviam há muito tempo e agora elas estão tendo que lidar também com essa incerteza, que é a incerteza de não saber quantas unidades habitacionais vão ser construídas, a incerteza de não ter uma transparência devida que diga a elas, que debata com elas também quem serão e de que forma serão os beneficiários do projeto.

Isso inclui, inclusive, um terceiro debate que não foi apresentado por nós por emenda mas que foi amplamente discutido hoje também no Congresso de Comissões e que eu acho que é fundamental que esta Casa se debruce, que os parlamentares conversem com o Governo do Estado, que é justamente o tema que diz respeito à verticalização.

É verdade que São Sebastião tem um plano estabelecido. É verdade que o Plano Diretor da cidade de São Sebastião tenha estabelecido quais são as regras para a construção de habitação, de prédios e a verticalização, mas também é verdade que existe uma ampla discussão sócio ambiental sobre o impacto da verticalização nessa cidade.

Então eu acho que é fundamental que esta Casa siga acompanhando a construção. Eu gostaria muito que esses debates fossem enviados ao Governo do Estado, que a CDHU tivesse o conhecimento desses debates.

Inclusive, nós formalizaremos na Comissão de Habitação - já formalizamos, na verdade - um requerimento de audiência pública, que eu espero que todas e todos os deputados aqui presentes, também os não presentes, apoiem, compareçam, entendam a importância de ouvir especialmente as pessoas que vivem no Litoral Norte, que foram impactadas.

A existência dessa audiência pública vai ser fundamental para que a gente possa seguir a discussão, seguir o monitoramento do projeto e possa, inclusive, garantir a participação popular dos atingidos para além do debate de outros problemas, como lixo acumulando na cidade, falta de acesso à água potável, entre outros.

Para finalizar, fico muito feliz que nós estejamos hoje debatendo esse projeto, feliz que na verdade a gente vai começar um passo importante, que é a desapropriação do terreno para início da construção de unidades habitacionais mas entendo também que, infelizmente, para além de ser tarde, já que são mais de dois meses de tragédia sócio ambiental em São Sebastião, que também é bastante insuficiente.

Então eu espero que nós possamos avançar nesse debate, insisto especialmente na participação das pessoas atingidas em São Sebastião.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, nobre deputado Carlos Cezar.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, nós temos, agora, programada a eleição da Comissão de Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Por enquanto, deputado Carlos Cezar, a comissão não tem quórum ainda.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Não?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Então eu peço mais um tempo. A hora que der quórum nós vamos suspender a sessão para a votação. Mas, enquanto isso, vamos continuar a discussão.